

Entrevista

Antônio Paim

Professor Paim é filósofo, atuando no Instituto de Humanidades e como pesquisador e professor visitante do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa. Paim também é Assessor da Presidência do PFL. Abaixo, a entrevista por e-mail dividida em temas.

Eleições em 2006

Não me parece que exista erosão dos direitos individuais e que seja esta uma questão central a debater na próxima campanha eleitoral. A questão central a meu ver, consiste em popularizar o cerne do projeto de reforma política a que se chegou, depois de amplas e demoradas negociações. Refiro-me à adequação do sistema proporcional brasileiro ao modelo consagrado (votação numa lista pré-ordenada; isto acontece em toda parte mesmo aqui no vizinho Uruguai). O Brasil tem insistido, ao longo da República em construir democracia sem partido político. É preciso reconhecer que a experiência não deu certo. O objetivo seria obter o compromisso com a reforma política dos candidatos a deputados federais em quem votarmos.

Parece-me que o candidato potencial a desempenhar este papel é o atual Presidente da República, Luiz Inácio dito Lula. Se for reeleito, é pouco provável que resista à tentação de responsabilizar o imperialismo norte-americano pela sua incapacidade de abrir caminho para o desenvolvimento sustentado, que é o grande desafio nacional. Nesse particular, é um grave erro subestimar as potencialidades do mercado norte-americano, a que teríamos maiores facilidades de acesso via ALCA.

Ética e Estado

A questão das relações entre ética e política não tem sido discutida de forma adequada. Nos documentos do Congresso da Refundação (realizado em meados do ano passado), o PFL situa o problema de modo adequado. O agigantamento do Estado é que faculta e incita à corrupção. É preciso restringir a ação direta do Estado àquelas funções que não possam ou não devam ser delegadas. Isto responde a outra questão suscitada no questionário. O Governo Fernando Henrique acabou cedendo às resistências e deixou de dar continuidade à reforma do Estado, que é hoje lei. O governo do PT não só a abandonou como a tem distorcido completamente, a exemplo das agências reguladoras, que seriam instâncias independentes, ligadas aos interesses da sociedade, transformadas em simples apêndice da máquina estatal.

Modelo Econômico

Trata-se de transformar o Estado Brasileiro de uma instância intervencionista numa instância reguladora, nos termos da lei. Se fizermos uma comparação entre os royalties que as chamadas "grandes irmãs" pagam pela exploração de petróleo, aos facultados pela Petrobrás ver-se-á a quem beneficia a manutenção da empresa em mãos do Estado. A Reforma do Estado é também um ponto central do programa do PFL, associado ao novo modelo econômico.

O Governo FHC agiu corretamente quando atraiu para essa negociação o empresariado brasileiro. No ajustamento geral, haverá setores da indústria nacional que serão afetados. Para atender a essa situação, bastava direcionar o BNDES para reorientar esses setores no encontro e adaptação a novos nichos de mercado.

Marxismo no Brasil

No Brasil vigora uma versão positivista do marxismo, de modo que esta doutrina acabou associada a uma das nossas mais velhas tradições. Muitas das teses dos nossos marxistas vêm de Augusto Comte e não de Carlos Marx. De modo que os setores da intelectualidade que aderiram ao PT são apenas caudatários dessa tradição. O PT beneficiou-se também da tradição contra reformista da Igreja Católica.

Federalismo

No que se refere às relações entre a União e os estados, o PFL advoga o que tem denominado de "novo pacto federativo". Em síntese, uma revisão de competências. Tome-se o caso da saúde. O governo federal, ao invés de dar cumprimento à lei que manda estruturar um sistema público único, centrado no município, apropria-se do volume espantoso de recursos, encaminhados ao setor, para aumentar as dimensões da cabeça. Esta situação ocorre por todo lado, sobretudo na educação. Em função disto, repensar a segurança (os governos militares reorientaram-na para assegurar a segurança do Estado, ao tempo em que se dava a espantosa concentração urbana). O programa de segurança do PFL atende a essa mudança (assegurar a segurança dos cidadãos).

Em seguida à revisão das competências e atribuições, redistribuir os recursos tributários. Essa negociação requer um governo federal sério, interessado em resolver os problemas do país e não em perpetuar-se no poder, como se dá com o PT, apto a encetar essa negociação durante o mandato, a fim de submetê-la a votos na eleição seguinte (eleição de governadores comprometidos com o novo pacto).